

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FACES E INTERFACES

Valéria Dias

Associação para Proteção das Crianças e Adolescentes – Cepac, Barueri.

Coordenadora pedagógica

vsa.dias@gmail.com

Bruno de Oliveira Pinheiro

Universidade Federal de São Paulo

Mestre em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência

pinheiro.bruno10@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como tema Políticas de Educação e de Assistência Social: Faces e Interfaces, cujo problema levantado tem como objetivo principal entender a possibilidade de articulação entre as duas políticas, e qual contribuição na formação de adolescentes e jovens é possível aferir com essa interação. A relevância do estudo se localiza no ponto de vista do mundo globalizado e as exigências de competências diversas crescentes em equivalência ao retrato negativo da política de educação atual no país. Um estudo que dentro do escopo da Gestão da Educação Pública é primordial a fim de intuir a atuação conjunta das duas políticas como uma estratégia para cominar mais qualidade ao ensino-aprendizagem proposto pelo ensino formal. Para isso foi levantada base teórica e exploratória nos bancos de dados on-line, publicações entre os anos de 1996 e 2018. O resultado da pesquisa apresentou visão positiva à ação conjunta, e reforço às primícias das duas políticas na formação integral de adolescentes e jovens. Além de expor a contribuição para a qualidade do ensino-aprendizagem no contexto escolar, observou-se a ampliação da visão de mundo, da participação cidadã e o fomento à formação em resiliência que permite que este adolescente e jovem possa transitar entre os dois espaços e usem o que as duas políticas oferecem de forma efetiva.

Palavras-chave: Educação. Assistência social. Atuação conjunta.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca aprofundar a discussão sobre a política de educação e assistência social suas faces e interfaces, numa discussão teórica exploratória. Implica que os objetivos da política de educação abrangem os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, conforme diretrizes e bases da educação, Lei nº 9.394 (1996).

A problemática surgiu a partir dos questionamentos: É possível executar a política de educação em parceria com a assistência social? Há base legal para essa execução? Quais benefícios da política de rede?

O objetivo é esclarecer a importância e articulação das diferentes políticas, Educacional e Social, para efetivação da garantia do direito à educação aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tal discussão, o trabalho remete a uma reflexão que permite discutir como as OSCs (Organização da Sociedade Civil) se articulam junto às comunidades e instituições da rede pública de ensino. Assim desempenhar sua incumbência no âmbito da política de proteção social, de assistência social, que desenvolve ações por meio de serviços na centralidade relacional, com escuta qualificada, construção de referências, acolhida, convívio, relações familiares, relações sociais de âmbito coletivo com abrangência territorial, opera oferta de seguranças sociais a pessoas em situação de vulnerabilidade social. (SPOSATI, 2013).

De forma geral buscou-se relacionar as duas políticas como estratégia identificada de educação complementar, educação integral, ou socioeducativa sob aspectos diversos delineados neste trabalho. Para tanto, este artigo está estruturado em base teórica como referencial e análise de dados teóricos, como resultado de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É de sinalizar a complexidade das relações político-sociais do Estado com o Terceiro Setor, ressaltando a função das OSCs, explorando e abrindo reflexões sobre as intersecções e à coprodução de um bem público que são oferecidos às comunidades e escolas de ensino regular desempenhando funções complementares. Vale ressaltar o desempenho para realizar e desenvolver potencialidades que interdisciplinarmente auxiliam no processo do socioeducativo. Dando sentido para um trabalho construído a partir das redes de parceria (SCHOMMER, 2011). Desse modo, o Terceiro Setor se apresenta como mecanismo

fundamental na construção de novas abordagens, promovendo cidadania, socialização e o estreitamento dos abismos sociais produzidos em um contexto de crescimento desigual e pouco democrático.

Constitui-se a esfera pública não estatal, como um espaço alternativo onde agentes não governamentais se mobilizam em torno da defesa, produção e/ou distribuição de bens/serviços/direitos sociais (AMARAL, 2003). No contexto da política de educação há trabalhos que analisam a violência escolar como consequência de um processo que começaria na família e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente intra e extraescolar (SILVA e ASSIS, 2018), sendo assim, muitas OSCs desempenham seus papéis e colaboram para a coprodução de resultados nesse campo, sobressaindo os processos educacionais realizados em articulação com escolas e comunidade educativa (GOHN, 2008).

Considerando, ainda, a educação como a principal ferramenta de interrupção do ciclo de transmissão transgeracional da pobreza, posto que se trata da principal forma de fortalecimento do capital humano de indivíduos, famílias e comunidades. Medir o impacto de seu atendimento isolado em regiões mais vulneráveis, e entendendo seu limite de atuação provoca uma sobrecarga do espaço educativo com problemas sociais que não podem ser satisfatoriamente atendidos no âmbito da educação (GARRAFA e LOMONACO, 2011).

Os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2008). Diante dessa teoria, pode-se discutir um possível pacto entre Política de Educação (processos educacionais) e Política de Assistência Social (focada em processos sociais abrangentes). Diante deste pressuposto cabe destacar as diretrizes e bases da educação, Lei nº 9.394 (1996), que no art. 1º diz que a Educação abrange os processos formativos que se “desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” Já o 2º artigo discorre que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Além disso, o Plano Nacional de Assistência Social propõe parâmetros à assistência social, vinculando-a como direito à proteção social. Afirma que ela está aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. (PNAS - Plano Nacional de Assistência Social, 2004 p. 7).

Ambas as legislações trazem em suas primícias fatores que podem estabelecer relação para embrenhar-se. Portanto na base legal, vê-se a possibilidade de atuação conjunta. Ainda para reforçar a base legal, de acordo com a Tipificação Nacional de Assistência social,

para Serviços na Proteção Social Básica que atendam adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses deve garantir dado como objetivo específico para execução da política: contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O que deixa claro, inclusive, ser primazia o trabalho em rede com a política de educação.

COSTA (2018) no artigo “Ampliação da Jornada Escolar e o Terceiro Setor: a atuação do CENPEC” afirma que a conjugação da educação escolar com os projetos socioeducativos desenvolvidos pelo poder público e pelas OSCs têm por resultado uma política pública que combina educação e proteção. Além disso, diz que o Estado deve ser capaz de garantir a articulação entre as diversas políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, além de estimular parcerias com as organizações da sociedade civil.

STECANELA (2018) no artigo: A Coisificação da Relação Pedagógica no Cotidiano Escolar traz elementos de reflexão sobre o porquê a não abertura da escola para esta nova possibilidade e as consequências disso no universo escolar. A autora afirma que ainda que se observe a conservação de concepções ou de práticas de impermeabilidade, é presente a compreensão das características não herméticas da escola e da porosidade que compõe suas fronteiras com o fora e com o dentro. Além disso, diz que na aparente repetição ditada pelas estruturas rígidas da escola a pesquisa sobre o cotidiano “ênfatiza que sempre há algo a surpreender, a atrair a atenção e a mobilizar a indagação para compreender as complexidades que circundam e penetram as relações experienciadas”.

No trecho citado acima, a autora esclarece sua perspectiva a partir da pesquisa que fez sobre o cotidiano escolar; há uma afirmação sobre como se define este quadro, como se caracteriza o cotidiano escolar que, em sua frequência um dia sempre é diferente do outro, embora seja impermeável há a compreensão oculta que mostra o interno e externo (foco da pesquisa aqui descrita). E, a possibilidade de romper sua estrutura rígida.

Segundo SPOSATI (2013) no artigo “Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para trabalho do assistente social”, o que ela chama de “campo de confronto” na seguridade social no Brasil se afirma no ambiente de três políticas sociais que lhe foram constitucionalmente subordinadas: previdência social, saúde e assistência social: “Trata-se de políticas com capilaridade, disseminadas em todo território nacional, ainda que em padrões diversos, que contém espaço de exercício de profissionais, entre os quais, o assistente social”.

Dado o esclarecimento acima, a política de assistência social, também em sua essência é concebida para sanar quesitos materiais, e que ainda hoje, mesmo após novas legislações de direcionamento carrega o peso do assistencialismo e que, neste contexto pode, ainda, deixar obscura a possibilidade de ações conjuntas com o universo escolar; frente

também a impermeabilidade do contexto escolar. Provocações que cabem na discussão aqui discutida.

Cabe apontar que as competências alcançadas no Terceiro Setor não visa eximir as responsabilidades do Estado, previstas em lei. É um caminho em busca do diálogo em redes, de um globalismo setorial, não uma construção ideal como a alternativa da outra, ou sua exclusão total. O Terceiro Setor então desenvolverá funções que incrementem no cotidiano da vida escolar (SANTOS, 2006), atuando na promoção de novas tecnologias, com profissionais adequados que exercerão suas funções para atender as demandas sociais com eficácia. Com essa garantia de ampliação de universo, a construção do saber se torna mais qualificada, plural e ética. É construir através de metodologias experienciais, que de maneira interseccional fará diferença em diversos polos da sociedade: dentro de seu lar, na escola, na OSC, no mercado de trabalho e etc. Podendo assim, devolver para a comunidade um referencial positivo, inovador e engajado. Buscando atender as demandas sociais e da comunidade, a educação compartilhada por setores regulares de educação e OSC pode projetar novos atores sociais, protagonistas da sua própria história, transformadores potentes.

Anthony Giddens (1999) em “O Debate Global Sobre a Terceira Via”, traz questionamento importantes sobre as questões da terceira vida para a construção do bem-estar social e sua promoção, dentro da sociedade de mercado. A terceira via estimula o novo pensar à gestão política, onde não se exclui as responsabilidades do setor privado, soma-se. Incluir para a construção de novas abordagens, pois, é de suma importância o engajamento social entre políticas de Estado e Terceiro Setor.

É no contexto das peculiaridades cotidianas dos alunos, sua relação com a família, questões de extrato social, violência, precarização dos acessos, mercantilização da educação, que o se justifica o trabalho compartilhado entre terceiro setor e escola, para pôr em prática os mecanismos e ações da assistência social que podem auxiliar nas demandas.

Como analisa Marilda Vilela Iamoto (2009) em “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação social”, o grande desafio é o de pensar alternativas e possibilidades para o trabalho educador no cenário atual; traçar ações e projetos para que a educação possa fazer frente à questão social, sendo solidário com os modos de vida que cada um vivencia, das noções e construções de pertencimento territorial, da humanidade. Trazendo para a pesquisa parte dessa reflexão, as potencialidades organizativas do terceiro setor e da assistência social, colabora, indiscutivelmente para a ampliação das relações com as comunidades, justamente pelo caráter socioeducativo que permeia a construção dessas políticas sociais. Paulo Freire (2018) se debruçou em refletir sobre a importância de conhecer

o cotidiano dos jovens, bem como ensinar respeitando seus saberes empíricos e o lugar de onde parte essa construção. Além disso, ressalta o valor de conhecer o território onde esses jovens estão inseridos, suas histórias, construções, rompimentos e permanências. No livro “Pedagogia da Autonomia”, Freire levanta a questão – Ensinar exige respeito aos saberes do educando:

“Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões nos corações dos bairros e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Essa pergunta é considerada em si demagógica e reveladora de má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia”. (FREIRE, 1996, p – 31).

Nesse sentido, Anthony Giddens, na perspectiva de teorização da Terceira Via, dos desafios da globalização e da formação das novas abordagens, nos escritos de A Constituição da Sociedade (1984), onde, o autor contribui para as chamadas teorias sociais: “Em vez de se preocuparem com questões epistemológicas, e de saber se qualquer coisa cabe na epistemologia, em sua acepção consagrada pelo tempo, pode ser ou não realmente formulada, sugiro àqueles que trabalham em teoria social se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração na concepção de ser humano e de se fazer humano, reprodução e transformação social.” (GIDDENS, 1999).

A escola, bem como o Terceiro Setor, como equipamentos sociais, precisam estar atentos a qualquer tipo de sinal de exclusão, de qualquer caráter. E, é nesse contexto que se faz importante a união entre os dois equipamentos. Através do traçado compartilhado, tentar promover o fortalecimento de novas vias que possibilitem encontros entre a educação e a realidade social do aluno, dos seus vínculos e a comunidade. Ou seja, dentro de suas expertises contribuir para atuação em rede e, como estratégia ao enfrentamento de situações instauradas, como a violência no contexto, por exemplo.

O Terceiro Setor, assim, terá a responsabilidade de dialogar com o contexto educativo e não só na resolução de problemas. Nesse ponto, funcionando como uma forma de ampliação nos conceitos de educação que por muitas vezes está enraizado no imaginário tradicional, amplificado muitas vezes por setores conservadores da educação. No atual contexto, entendemos que para atingir esses adolescentes e jovens integralmente, são necessários projetos estruturados conjuntamente para que essas políticas avancem e façam a diferença em diferentes estágios e atmosferas da vida do jovem; contexto familiar, ambiente

escolar, mundo do trabalho, vida acadêmica. A partir disso, garantindo práticas que fomentem a aquisição de conhecimento empírico que desenvolvam autonomia e projeta uma vivência mais cidadã e sistêmica.

3 METODOLOGIA

Este é um estudo exploratório de revisão da literatura de abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2018). As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com vistas a proporcionar uma visão geral do problema, característica que possibilita atender ao objetivo deste estudo. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Os critérios para inclusão foram apresentar à temática: políticas de educação e assistência social, suas características e interfaces.

A coleta dos dados foi realizada por meio de uma consulta informatizada no banco de dados bibliográficos *Scielo* (Scientific Eletronic Library Online), *BVS Adolec* – Biblioteca Virtual de Saúde, Google Acadêmico. Para identificação dos artigos, foram utilizados os descritores: educação, assistência social e parceria.

Na etapa subsequente, foram selecionados treze artigos de interesse para este estudo, considerando-se como critérios: artigos da área da educação e assistência social, ser um trabalho desenvolvido em âmbito nacional; estar disponível na íntegra em português online, abordar no resumo e/ou no título características e/ou aspectos sobre: a interface das políticas de educação e assistência social.

A partir dessa busca, realizou-se uma leitura exploratória que se constitui na verificação dos resumos com a finalidade de selecionar os artigos relacionados ao objeto de estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Terceiro setor, por conta de sua autonomia, tem em sua vigência um sistema que opera de forma diferente à educação pública, OSC's conseguem trabalhar competências mais diversas que permitem uma ponte entre o socioeducativo e comunidade. Em contrapartida a escola ainda busca meios para romper o paradigma do tradicional e ampliar suas estratégias de atuação. Os impactos do trabalho de coprodução entre OSC e escola pública na construção da autonomia são positivos na evolução da aprendizagem, há caráter diferencial na soma desses mecanismos na vida escolar e social dos jovens. Traçando assim melhor preparo em

fazer enfrentamento às questões sociais na organização do mundo. Perpetrando também que o jovem que transita entre diversas políticas possa restituir para a comunidade essa acupuntura social geradora de bem-estar comunitário.

O socioeducativo compartilhado pode ampliar e fortalecer as vivências dentro do projeto escolar, fazendo com que o jovem crie um pertencimento ativo, de alteração da construção legitimada, transformando o ambiente socialmente, tornando assim o projeto mais democrático e plural e ainda, significando, inclusive o conteúdo aprendido no ensino formal.

Diante da teoria apresentada vale preponderar “àqueles que trabalham em teoria social se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração na concepção de ser humano e de se fazer humano, reprodução e transformação social.” (GIDDENS, p. 16 – 17). O que se projeta na base teórica levantada nesta pesquisa é a perspectiva de uma educação integral, não considerando aqui o período, mas a ideia do fazer humano, significando uma amplitude à formação social integral. Ainda cabe esclarecer a nitidez da ligação entre os processos educacionais e sociais, não há como dissociar, o que torna possível o diálogo das duas políticas.

Nota-se no estudo da teoria uma clara maximização dos conceitos sociais, além disso, os estudantes que participam e vivenciam processos democráticos que acontecem dentro do ambiente escolar e fora dele, cria pontes de diálogo entre os dois setores. Nesse aspecto, obviamente está potencializando seu processo de busca pelo saber.

Cabe aqui ressaltar, o sentido dado ao trabalho construído a partir das redes de parceria (SCHOMMER et al, 2011) dentro do âmbito de estudo no qual este trabalho se acomoda, na gestão da Educação Pública, traz elementos de discussão referente a “coisificação” que a escola se tornou, nesta fala vemos a importância do terceiro setor para a formação integral, ampliando a discussão STECANELA (2018) no artigo: “A Coisificação da Relação Pedagógica no Cotidiano Escolar”, traz elementos de reflexão sobre o porquê a não abertura da escola para esta nova possibilidade e as consequências disso no universo escolar. Reforçando que a atuação conjunta simultânea dos dois setores pode contribuir para o rompimento da conservação de concepções ou de práticas que a autora chama de impermeabilidade, é presente a compreensão das características não herméticas da escola e da porosidade que compõe suas fronteiras com o fora e com o dentro.

Diante do exposto a atuação conjunta amplia-se a visão a uma nova forma de pensar à gestão política, onde não se exclui as responsabilidades do setor privado, soma-se. Incluir para a construção de novas abordagens, pois, é de suma importância o engajamento social entre políticas de Estado e Terceiro Setor. Na qual retrata a relevância do tema aqui discutido.

Como foi apresentado nas discussões percorridas há legalidade na ação conjunta das duas políticas – Educação e Assistência Social - e suas contribuições para a formação humana, que atribuí desde a possibilidade de romper a estrutura rígida do contexto escolar ao confinar da invalidação do assistencialismo marcado na assistência social concebida, inicialmente, para sanar quesitos materiais; sendo assim a atuação das duas frentes em parceria, reforça as primícias de cada política, não anula nenhuma, mas avigora o objetivo de ambas. Além de contribuir a cominar qualidade ao ensino-aprendizagem no contexto escolar ampliando para uma discussão de mundo, de contexto social; vivências de processos democráticos com pontes de diálogo que intensifica a busca pelo saber; assim como, obtenção de resiliência para transitar entre os dois espaços.

Não esgotando a discussão, mas chegando às respostas aqui propostas, ainda há a necessidade de aprofundar o estudo em torno das contribuições e resultados que diferentes projetos/serviços executados no terceiro setor podem em parceria com a política de educação contribuir para a formação de adolescentes e jovens no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou levantar discussão acerca da articulação de duas políticas públicas: Educação e Assistência Social. Os questionamentos levantados no início da pesquisa em torno da possibilidade - meios legais - dessa atuação, logo foram esclarecidos, pois ambas preveem em sua constituição o olhar à formação humana e social, ponto em comum, dialogam em sua atuação.

Percebeu-se no decorrer da investigação que é possível executar a política de educação articulada com a assistência social, e que essa parceria se apresenta como uma possibilidade exitosa para garantir uma formação integral. Contribuindo na criação de pontes de conhecimento e relação entre os espaços; o desenvolvimento de pensamento crítico; o melhor entendimento dos conteúdos apresentados no contexto escolar; e contribuição para formação profissional, pessoal e educacional.

Sabe-se que o presente estudo é limitado e que no âmbito do país há vários aspectos que devem ser considerados, inclusive de práticas neste sentido, mas que no recorte aqui proposto, foi possível constatar o quanto é benéfico ter as duas políticas atuando juntas na formação de adolescentes e jovens. Sendo assim, conclui-se que em faces e interfaces das políticas de educação e assistência social - sua atuação conjunta - é um importante instrumento de ação frente aos ao retrato negativo da política de educação atual e seus

desafios, ainda, sendo esta uma importante reflexão no escopo da gestão de educação pública no país.

6 AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP, em parceria com o Programa UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, no âmbito do Programa 1061 – Brasil Escolarizado, ação 8426 – Formação Inicial e Continuada a Distância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: ed. UFSC, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. p. 27833**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em 10/05/2019.

CASTELLS, Manuel. **Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação**. In: PEREIRA, Luís Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Edunesp, 1999. P. 147-171.

COSTA, Regis Eduardo Coelho Argüelles. **Ampliação da Jornada Escolar e o Terceiro Setor: a atuação do CENPEC**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 401-414, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660756>. Acessado em 26/11/2018.

GOHN, M. G. M. **Educação não formal e cultura Política: impactos sobre o associativismo no Terceiro Setor**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

STECANELA, Nilda. **A Coisificação da Relação Pedagógica no Cotidiano Escolar.** *Educ. Real.* [online]. 2018, vol.43, n.3, pp.929-946. ISSN 0100-3143. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623678810>. Acessado em 25/11/2018.

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações.** São Paulo: Summus, 2006.

AMARAL, A. V. **Terceiro Setor e políticas públicas.** *Revista do Serviço Público*, Ano 54, n. 2, p. 35-59, abr-jun 2003.

GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação.** *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 1-11, 2000. Acesso em maio 2019.

SALAMON, L. **A emergência do Terceiro Setor - uma revolução associativa global.** *Revista de Administração*, 1998.

SANTOS, D. P. B. **Formação de educadores para o Terceiro Setor.** *Olhar de professor*, v. 9, n. 1, p. 79-95, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1453/1098> Acesso em: 14 mai. 2019.

SCHOMMER, P. C.; ANDION, C.; PINHEIRO, D.; SPANIOL, E.; SERAFIM, M. C. **Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social.** In: SCHOMMER, P. C; BULLOSA, R. F. (Orgs.) *Gestão Social como Caminho para Redefinição da Esfera Pública.* Florianópolis: UDESC, 2011.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 57a edição - Rio de Janeiro/ São Paulo. Paz e Terra, 2018.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

SPOSATI, ALDAÍZA. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

ASSIS, Simone Gonçalves e SILVA, Flaviany Ribeiro. **Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura.** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e157305, 2018.

GARRAFA, Thais Christofe; LOMONACO, Beatriz Penteado. **Contribuições do terceiro setor para o desenvolvimento de uma escola em sintonia com realidade local – a experiência da Fundação Tide Setubal.** *adernoscenpec* | São Paulo | v.1 | n.1 | p. 35-57 | dez. 2011.

Gil A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** [Internet]. 2008 [cited 2018 Jun 4]. Available from: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social. **PNAS – Plano Nacional de Assistência Social. 2004.** http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social. Acessado em 10 de maio de 2019.